

Sergio André Rocha

**PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO E LIBERDADE
NÃO SIMULADA**

**DOCTRINA E SITUAÇÃO
PÓS ADI 2.446**

2ª EDIÇÃO

Copyright © 2021 by Editora Letramento

Copyright © 2022 by Sergio André Rocha

Diretor Editorial | Gustavo Abreu

Diretor Administrativo | Júnior Gaudereto

Diretor Financeiro | Cláudio Macedo

Logística | Vinícius Santiago

Comunicação e Marketing | Giulia Staar

Assistente de Marketing | Carol Pires

Assistente Editorial | Mateos Moreno e Sarah Júlia Guerra

Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

CONSELHO EDITORIAL JURÍDICO

Alessandra Mara de Freitas Silva

Alexandre Morais da Rosa

Bruno Miragem

Carlos María Cárcova

Cássio Augusto de Barros Brant

Cristian Kieferda Silva

Cristiane Dupret

Edson Nakata Jr

Georges Abboud

Henderson Fürst

Henrique Garbellini Camio

Henrique Júdice Magalhães

Leonardo Isaac Yarochevsky

Lucas Moraes Martins

Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme

Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo

Onofre Alves Batista Júnior

Renata de Lima Rodrigues

Salah H. Khaled Jr

Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R672p	Rocha, Sergio André
Planejamento tributário e liberdade não simulada: doutrina e situação p/da ADI2.446 / Sergio André Rocha. - 2. ed. - Belo Horizonte, MG : Letramento ; Casa do Direito, 2022.	
176 p. ; 15,5cm x 22,5cm.	
ISBN: 978-65-5932-198-8	
1. Direito. 2. Direito tributário. 3. Planejamento tributário. 4. Elisão Fiscal. 5. Evasão Fiscal. 6. Simulação Tributária. 7. Fraude à Lei. 8. Elisão Fiscal. 9. Sonoglypho. 10. Capacidade Contributiva. 11. Solidariedade. 12. Legalidade Tributária. 13. Livre Iniciativa. 14. Abuso de Direito. I. Título.	
2021-1856	CDD 341.39 CDU 34:336.2

Elaborado por Odílio Ribeiro Moreira Junior - CRB-89949

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 341.39
2. Direito tributário 34:336.2



Rua Magnólia, 1086 | Bairro Caiçara
Belo Horizonte, Minas Gerais | CEP 30770-020
Telefone 31 3327-5771



CASA DO DIREITO
é o selo jurídico do Grupo
Editorial Letramento

13 **PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E O CASTIGO DE SÍSIFO**

15 **I.**
INTRODUÇÃO

20 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

21 **II.**
O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA
OBRA DE SAMPAIO DÓRIA

22 1. INTRODUÇÃO

25 2. O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA OBRA DE
ANTÔNIO ROBERTO SAMPAIO DÓRIA

25 2.1. PREMISSAS AXIOLÓGICAS E PRINCIPIOLÓGICAS DE SAMPAIO DÓRIA

25 2.1.1. ASPECTOS ÉTICOS DA ELISÃO

29 2.1.2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS NA OBRA DE SAMPAIO DÓRIA

33 2.2. A SIMULAÇÃO COMO LIMITE À ECONOMIA TRIBUTÁRIA LEGÍTIMA EM SAMPAIO DÓRIA

37 2.3. APLICAÇÃO CONCRETA DA TEORIA DO AUTOR: O CASO DO SEGURO DOTAL

40 2.4. SAMPAIO DÓRIA: UM LIBERTÁRIO MODERADO

41 3. CONCLUSÃO

42 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

43 **III.**
O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA OBRA
DE HUGO DE BRITO MACHADO

44 1. INTRODUÇÃO

48 1.1. RESSALVA TERMINOLÓGICA IMPORTANTE

50 2. PREMISSAS AXIOLÓGICAS E PRINCIPIOLÓGICAS
DE HUGO DE BRITO MACHADO

50 2.1. ASPECTOS ÉTICOS DA ELISÃO

52 2.2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS NA OBRA DE HUGO DE BRITO MACHADO

57 3. LIMITES À ECONOMIA TRIBUTÁRIA LEGÍTIMA
EM HUGO DE BRITO MACHADO

60 3.1. O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 116 DO CTN NA TEORIA DE HUGO DE BRITO MACHADO

62	4. APLICAÇÃO CONCRETA DA TEORIA DO AUTOR
62	4.1. O CASO DO SEGURO DOTAL
64	4.2. ATIVIDADES PERSONALÍSSIMAS DESEMPENHADAS POR PESSOA JURÍDICA
65	4.3. INCORPORAÇÃO ÀS AVESSAS
69	4.4. O CASO DA MONTAGEM DE BEM IMPORTADO
70	4.5. ALUGUEL DE ATIVO E RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO
71	5. HUGO DE BRITO MACHADO: UM LIBERTÁRIO MODERADO
72	6. CONCLUSÃO
73	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

75 **IV.**
O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA OBRA DE
MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI

76	1. INTRODUÇÃO
80	2. PREMISSAS AXIOLÓGICAS E PRINCÍPIOLÓGICAS DE MISABEL DERZI
80	2.1. ASPECTOS ÉTICOS DA ELISÃO
82	2.2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS NA OBRA DE MISABEL DERZI
89	3. A SIMULAÇÃO COMO LIMITE À ECONOMIA TRIBUTÁRIA LEGÍTIMA EM MISABEL DERZI
92	3.1. O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 116 DO CTN NA TEORIA DE MISABEL DERZI
96	4. APLICAÇÃO CONCRETA DA TEORIA DA AUTORA
96	4.1. O CASO DO SEGURO DOTAL
98	4.2. ATIVIDADES PERSONALÍSSIMAS DESEMPENHADAS POR PESSOA JURÍDICA
100	4.3. INCORPORAÇÃO ÀS AVESSAS
101	5. MISABEL DERZI: UMA LIBERTÁRIA MODERADA
102	6. CONCLUSÃO
103	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

105	V.
	O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NA OBRA
	DE SACHA CALMON NAVARRO COELHO
106	1. INTRODUÇÃO
109	2. PREMISSAS AXIOLÓGICAS E PRINCIPIOLÓGICAS
	DE SACHA CALMON NAVARRO COELHO
109	2.1. ASPECTOS ÉTICOS DA ELISÃO
111	2.2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS NA OBRA DE SACHA CALMON
115	3. LIMITES À ECONOMIA TRIBUTÁRIA
	LEGÍTIMA EM SACHA CALMON
119	3.1. O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 116 DO CTN NA TEORIA DE SACHA CALMON
121	4. APLICAÇÃO CONCRETA DA TEORIA DO AUTOR
121	4.1. O CASO DO SEGURO DOTAL
123	4.2. ATIVIDADES PERSONALÍSSIMAS DESEMPENHADAS POR PESSOA JURÍDICA
125	4.3. INCORPORAÇÃO ÀS AVESSAS
127	4.4. RELAÇÃO ENTRE CONTROLADOR E CONTROLADA
128	5. SACHA CALMON: UM LIBERTÁRIO MODERADO
128	6. CONCLUSÃO
129	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
131	VI.
	ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE AS
	TEORIAS DESSES AUTORES
132	1. ASPECTOS ÉTICOS DA ELISÃO
133	2. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS
134	3. TEORIAS BINÁRIAS: LÍCITO/ILÍCITO
134	4. LIMITES À ECONOMIA TRIBUTÁRIA LEGÍTIMA
138	5. O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 116 DO CTN
138	6. APLICAÇÃO CONCRETA DAS TEORIAS
139	7. CONCLUSÃO
140	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

143	VII.
	AS RECENTES MANIFESTAÇÕES DO SUPREMO
	TRIBUNAL FEDERAL SOBRE OS LIMITES
	DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
144	1. INTRODUÇÃO
145	2. O JULGAMENTO DA ADC 66
146	2.1. O VOTO DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
148	2.2. OS VOTOS DOS MINISTROS MARCO AURÉLIO E ROSA WEBER
149	2.3. CONCLUSÃO DESTE TÓPICO
150	3. O JULGAMENTO DA ADI 2.446
151	3.1. O VOTO DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
151	3.1.1. O DIREITO À ECONOMIA DE TRIBUTOS
152	3.1.2. A EXIGÊNCIA DE ILICITUDE
153	3.1.3. COMO INTERPRETAR O VOTO DA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA?
154	3.1.4. NÃO HÁ VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NEM DA SEPARAÇÃO DOS PODERES
155	3.2. O VOTO DO MINISTRO RICARDO LEWANOOWSKI
158	3.3. O VOTO DO MINISTRO DIAS TOFFOLI
159	3.4. CRÍTICA
162	3.5. EFEITOS CONCRETOS
163	3.6. ALINHAMENTO COM OS AUTORES ESTUDADOS
164	3.7. ALINHAMENTO COM NOSSAS POSIÇÕES ANTERIORES
167	3.8. OS RISCOS DA POSIÇÃO DO STF
168	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
169	POSFÁCIO - O FUTURO
171	BIBLIOGRAFIA